



FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: RELAÇÕES PATRIARCAIS DE GÊNERO, FEMINISMOS, RAÇA/ETNIA E SEXUALIDADES

Formation in social work: patriarchal relations of gender, feminisms, race/ethnic and sexualities

Grupo Temático de Pesquisa da Abepss Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades

Márcia Campos Eurico*

 <https://orcid.org/0000-0003-3450-8593>

Janaiky Pereira de Almeida**

 <https://orcid.org/0000-0002-9139-939X>

Maria Ilidiana Diniz***

 <https://orcid.org/0000-0001-5777-3619>

Marco José de Oliveira Duarte****

 <https://orcid.org/0000-0002-6395-1941>

Ana Paula Procópio da Silva*****

 <https://orcid.org/0000-0003-4420-1114>

Loiva Mara de Oliveira Machado*****

 <https://orcid.org/0000-0001-6589-8032>

* Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Professora Adjunta da graduação e do PPG em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo. (UNIFESP/Baixada Santista, Brasil). Rua Silva Jardim, nº 136, Santos (SP), CEP.: 11015-020. Coordenadora do GTP - Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, feminismos, raça/etnia e sexualidades e da ênfase de raça/etnia. E-mail: marcia.eurico@unifesp.br.

** Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. (UFRN, Natal, Brasil). Campus Universitário, Av. Sen. Salgado Filho, nº 3000, Lagoa Nova, Natal (RN), CEP.: 59078-970. Coordenadora da ênfase de Feminismos do GTP - Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, feminismos, raça/etnia e sexualidades E-mail: janaiky.almeida@ufrn.br.

*** Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Professora do curso de Licenciatura em Educação do Campo-LEDOC da Universidade Federal Rural do Semiárido. (UFERSA, Mossoró, Brasil). Rua Francisco Mota Bairro, nº 572, Pres. Costa e Silva, Mossoró (RN), CEP.: 59625-900. Coordenadora da ênfase das Relações Patriarcais de Gênero do GTP - Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, feminismos, raça/etnia e sexualidades E-mail: ilidianadiniz@gmail.com.

**** Assistente Social. Pós-Doutor em Políticas Sociais. Professor Adjunto da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora e do PPG em Serviço Social. (UFJF, Juiz de Fora, Brasil). Campus Universitário, Rua José Lourenço Kelmer, s/ nº, São Pedro, Juiz de Fora (MG), CEP.: 36036-900. Coordenador da ênfase de Sexualidades do GTP - Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, feminismos, raça/etnia e sexualidades. Bolsista de Produtividade do CNPq. E-mail: marco.duarte@ufjf.br.

***** Psicóloga e Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Docente da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e do PPG em Serviço Social. (UERJ, Rio de Janeiro, Brasil). Av. Pasteur, nº 250, Urca, Rio de Janeiro (RJ), CEP.: 22290-240. E-mail: ana.procopio@uerj.br.

***** Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (UFRGS, Porto Alegre, Brasil). Av. Paulo Gama, nº 110, Prédio da Reitoria, 5º andar, Bairro Farroupilha, Porto Alegre (RS), CEP.: 90040-060. E-mail: loivadeoliveira@ufrgs.br.

Rachel Gouveia Passos*****

 <https://orcid.org/0000-0003-2267-0200>

Roberta Pereira da Silva*****

 <https://orcid.org/0000-0001-7886-4552>

Tereza Cristina Santos Martins*****

 <https://orcid.org/0000-0003-1244-3899>

RESUMO

O artigo tem como objetivo contribuir com o debate das diretrizes curriculares do Serviço Social a partir do acúmulo de estudos e análises do GTP Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, feminismos, raça/etnia e sexualidades da ABEPSS. Aponta-se elementos analíticos das ênfases do GTP e as contradições teóricas para o debate da questão social, para a análise das relações étnico-raciais, de gênero, de sexualidade e feminismos, para problematizar as particularidades da classe trabalhadora. Por fim, a partir do estado da arte das produções acadêmicas das ênfases, de 2010 a 2021, aborda os avanços das diretrizes curriculares e os desafios da implantação das disciplinas obrigatórias na graduação e pós-graduação, bem como sobre pesquisas e atividades de extensão sobre os temas das ênfases do GTP.

PALAVRAS-CHAVE

Diretrizes Curriculares. Gênero. Feminismo. Raça. Sexualidade.

ABSTRACTS

The article aims to contribute to the debate on curricular guidelines for Social Work based on the accumulation of studies and analyzes of the GTP Social Work, exploitation/oppression relations of gender, feminisms, race/ethnicity and sexualities of ABEPSS. It points out analytical elements of the GTP's emphases and theoretical contradictions for the debate on the social issue, for the analysis of ethnic-racial, gender, sexuality and feminism relations, in order to problematize the particularities of the working class. Finally, based on the state of the art of academic productions of the emphases, from 2010 to 2021, it addresses the advances in curriculum guidelines and the challenges of implementing mandatory disciplines in undergraduate and graduate courses, such as research and extension activities on the themes of the emphases of the GTP.

KEYWORDS

Curriculum Guidelines. Gender. Feminism. Race. Sexuality.

***** Assistente Social. Pós-doutora em Serviço Social e Políticas Sociais. Professora Adjunta da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). Av. Pasteur, 250, Urca, Rio de Janeiro (RJ), CEP.: 22290-240. E-mail: rachel.gouveia@gmail.com.

***** Assistente Social. Mestre em Serviço Social. Assistente Social do Instituto Nacional de Seguro Social. (INSS, São Paulo, Brasil). Rua José Oiticica Filho, 501, Itaquera, São Paulo (SP), CEP.: 08210-510. E-mail: ncfa_roberta@yahoo.com.br.

***** Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Docente da Graduação e Pós-graduação da Universidade Federal de Sergipe. (UFS, Aracajú, Brasil). Avenida Marechal Rondon Jardim, s/n, Rosa Elze, São Cristóvão (SE), CEP.: 49100-000. E-mail: trzamartins@gmail.com.

DOI 10.22422/temporalis.2021v21n42p293-309



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2019 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

INTRODUÇÃO

A proposta de construção coletiva de um texto que abarque as análises das relações patriarcais de gênero, relações étnico-raciais, da sexualidade e do feminismo é sem dúvida desafiadora, entretanto nós do GTP - Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, feminismos, raça/etnia e sexualidades assumimos a tarefa de apresentar caminhos teóricos-metodológicos na perspectiva de qualificar as temáticas compreendendo a totalidade como categoria central. Temos também a compreensão de que para além de temáticas e categorias analíticas os temas do GTP constituem áreas de conhecimento e como tal compreendem diversidades teóricas internas, não sendo, portanto, intrinsecamente interdependentes na produção de seus conhecimentos específicos.

Como proposta de caminho, considerando a dimensão e abrangência deste texto, temos ciência de que não é possível traçar uma estrada larga, uma vez que os limites do texto permitem tão somente colocar à baila questões que demarquem não só nossa produção teórica até aqui, mas também o árduo processo de quem abriu florestas antes de nós e, agrega reflexões que continuamos no processo de pesquisa e formação profissional em Serviço Social.

Há consenso entre nós de que é a partir da apreensão das contradições presentes na gênese da formação sócio-histórica brasileira, na sua relação com as determinações externas, que as formas de exploração, subordinação e opressão se impõem e determinam os lugares sociais, na imbricação entre as dimensões particular e universal.

A produção e reprodução da vida social na sociedade capitalista, ao mesmo tempo ultrapassa e rearticula funcionalmente aspectos das formas anteriores assumindo uma desumanização estrutural cujas bases advém da acumulação primitiva do capital, a partir da colonização e escravidão das Américas, África e Ásia, que posteriormente se desenvolve na criação de um padrão de dualidades hierarquizantes entre primitivo e civilizado, moderno e arcaico, moral e imoral, o ser humano e o não-humano. A hierarquização dos povos, a partir da superioridade ocidental europeia, tomada como modelo, constitui a base das relações sociais na modernidade, cuja primazia em relação à satisfação das necessidades humanas fundamentais provoca antagonismos e contradições para os diversos grupos humanos.

A vida cotidiana no ocidente se organiza a partir da subordinação dos diferentes grupos étnico-raciais ao modelo branco e eurocêntrico, que desqualifica as formas de sociabilidade produzidas pelos povos originários das Américas, pelos povos africanos e pelas populações negras na diáspora. Subordinação que estrutura as classes sociais no capitalismo e que está associada a outras formas de discriminação que se assentam nas relações patriarcais de gênero, nas iniquidades produzidas pelo racismo estrutural, no cerceamento do direito à liberdade no exercício da sexualidade, na desvalorização das pessoas com deficiência, entre outros determinantes das desigualdades sociais que expressam a questão social.

Na sua origem histórica e conceitual a questão social é expressão da generalização do trabalho livre e do assalariamento nas sociedades modernas europeias, a qual se relaciona diretamente o pauperismo, como materialização da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção de apropriação privada do excedente produzido. E de acordo com Yamamoto (2007) a questão social “[...] expressa, portanto, uma arena de lutas

políticas e culturais na disputa entre projetos societários informados por distintos interesses de classe na condução das políticas econômicas e sociais, que trazem o selo das particularidades históricas nacionais” (IAMAMOTO, 2007, p. 156). Por outro lado, a questão social está ligada ao tipo de sociabilidade hegemônica do capitalismo, ao mesmo tempo que condensa as especificidades históricas das sociedades capitalistas.

No caso brasileiro e de todas as ex-colônias, cujas histórias não seguiram *pari passu* a forma europeia, a questão social se reveste de particularidades oriundas dos processos que envolveram a transição do trabalho escravizado para o trabalho assalariado, ou ainda, a passagem do modo de produção escravista para o modo de produção capitalista. A complexa totalidade do sistema de mediações nos quais a lei geral da acumulação capitalista se realizou no país tem a economia escravista como substrato.

O Serviço Social enquanto especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão social, racial e sexual do trabalho assume a partir da década de 1990 posicionamento ético e político a favor da classe trabalhadora, na sua condição humano-genérica. Nessa direção o projeto coletivo de formação profissional materializado nas Diretrizes Curriculares para o Serviço Social (1996) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) expressa a necessidade da apreensão de diferentes matrizes do pensamento social articulada a uma base de informações histórico-críticas acerca da formação da sociedade brasileira em suas dimensões rural e urbana, bem como as múltiplas formas de desigualdades sociais e processos de exclusão econômicos, políticos e culturais.

Um sólido projeto profissional em que a organização do ensino teórico-prático está construída a partir de três núcleos de fundamentação complementares que congregam um conjunto de conhecimentos necessários, em diferentes níveis de abstração, à compreensão do trabalho da/o assistente social na sociedade contemporânea: fundamentos teórico-metodológicos da vida social, fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e fundamentos do trabalho profissional.

Tais núcleos se tornam eixos articuladores dos conteúdos necessários para a formação e o trabalho profissional do assistente social e desdobram-se em áreas de conhecimento que, por sua vez, se traduzem pedagogicamente através do conjunto dos componentes curriculares, rompendo, assim, com a visão formalista do currículo, antes reduzido a matérias e disciplinas (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 1996, p. 63).

A partir dos princípios presentes nas DCs é que se pretende problematizar o lugar dessas categorias analíticas na profissão, tendo em vista a forma como tem se estruturado, nos cursos de graduação em Serviço Social no Brasil as disciplinas, discussões e estudos relacionados às relações patriarcais de gênero, relações étnico-raciais, sexualidades e feminismos. Há uma crescente demanda tanto nos espaços de formação - a exemplo dos trabalhos de conclusão de curso, monografias de especialização, dissertações de mestrado, teses de doutorado, estágios, etc. - quanto no âmbito do exercício profissional, uma vez que as (os) assistentes sociais em seus processos de trabalho atuam nas mais variadas políticas públicas relacionadas a questões que têm as mulheres como demandantes e beneficiárias, seja no âmbito da seguridade social, segurança, sociojurídico, educação, emprego e renda. Tendo que lidar permanentemente em seus espaços de trabalhos com violações a direitos envolvendo as mulheres, sobretudo no

atual contexto marcado pelo retrocesso nas políticas públicas, com a ofensiva de política de governos, marcada pelo conservadorismo, intolerância, racismo e violência institucional desmedida.

Em dezembro de 2014, na Assembleia da ABEPSS, realizada em Natal-RN, por ocasião do XIV ENPESS, foi aprovada, por unanimidade, a inclusão de pelo menos um componente curricular obrigatório na graduação de Serviço Social, que aborde as temáticas relacionadas às relações sociais de classe, gênero, etnia/raça, sexualidade e geração. O entendimento dessa necessidade parte da compreensão de que a questão social é mediada dialeticamente por tais relações (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 2016, p. 5).

O avanço da pauta contra todas as formas de exploração, dominação e opressão requer a elaboração de disciplinas na graduação e na pós-graduação prioritariamente com a inclusão de conteúdos curriculares obrigatórios, pela abordagem correlacional e transversal dos temas nas demais disciplinas, de preferência, antes da inserção da(o) discente no campo de estágio. O relatório sugeriu ainda:

- O estímulo à realização de debates, eventos, oficinas e seminários temáticos sobre as relações de exploração/opressão de sexo/gênero, raça/etnia, geração e sexualidades.
- Apoio aos movimentos sociais e espaços de lutas anticapitalistas, antirracista, antipatriarcal e anti-heterossexista, por meio de parcerias, projetos de extensão, pesquisa, entre outros.
- A promoção de espaços de estudos e pesquisas sobre o sistema capitalista-patriarcal-racista-heterossexista e adultocêntrico. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 2016, não paginado).

Mesmo a partir das indicações do referido relatório e das demandas advindas da formação e do exercício profissional, tais temas, ainda se constituem como menos importantes no processo de formação profissional, uma vez que são quase sempre ofertados nos últimos períodos dos cursos e de forma eletiva. Essa realidade também é observada no âmbito da Pós-Graduação em Serviço Social, ao considerarmos os 36 programas em funcionamento no Brasil. Desta forma, “[...] os/as discentes de Serviço Social, em sua maioria e em regra geral, deixam de conhecer uma mediação importante na compreensão e explicação da questão social [...]” (LIMA, 2014, p. 58), o que, a nosso ver, possibilita apreender a totalidade da realidade social.

Em relação à ênfase de raça/etnia destacamos a iniciativa da gestão da ABEPSS (2017-2018) que atribui ao projeto de formação profissional antirracista e ao debate das relações étnico-raciais centralidade na agenda política da categoria com a elaboração do documento *Subsídios para o debate sobre a Questão Étnico-Racial na Formação em Serviço Social* da ABEPSS (2018), que busca contribuir com a qualificação das dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas nos currículos acadêmicos e que, de igual modo, poderiam haver, como já sinalizado pelos Simpósios do GTP, de documentos similares para assegurar o debate das outras ênfases, relações patriarcais de gênero, feminismos e sexualidade.

Histórico e constituição do GTP - quando a realidade impõe o debate

O caráter formativo da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e as demandas pela criação de espaços na associação para a reflexão teórica e estímulo efetivo para elaboração, produção e circulação de conhecimento, no âmbito do Serviço Social e áreas

afins para tratar de temas de relevância social são fortalecidos pela criação dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs), em 2010, por ocasião do XII ENPESS. Os grupos temáticos foram divididos em sete áreas, entre as quais encontrava-se o eixo que aborda *Classe Social, Gênero, Raça/Etnia, Geração, Diversidade Sexual e Serviço Social*, objeto de análise desse conjunto de pesquisadoras/es.

Os GTPs se constituem como estratégia coletiva de fortalecimento e visibilidade das pesquisas e discussões sobre as relações sociais de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades no âmbito do Serviço Social, bem como “[...] forma de resistência contra o produtivismo, a pressão e o isolamento dos(as) pesquisadores(as), mediante a coletivização dos debates de ponta e a indicação dos temas relevantes para a área” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 2016, não paginado).

A percepção do grupo acerca da complexidade das temáticas que envolvem esse GTP e da importância de contemplar a multiplicidade de saberes em razão da amplitude das pautas em debate culminou na transformação da ênfase de geração em um novo grupo temático intitulado GTP Serviço Social, Geração e Classes Sociais em 2016, na assembleia geral do XV ENPESS.

Em 2018, o GTP passa por outra reorganização a partir da criação de uma quarta ênfase: Feminismos, demanda postas pelas pesquisadoras que apontam o quanto o debate das mulheres é plural, constituindo-se então o *GTP Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades*.

Tomando como referência às particularidades e diversidades de cada ênfase, ressaltando a articulação entre elas, no reconhecimento dos processos de exploração e opressão, e das resistências e revoltas que historicamente ancoraram nossos passos, apontaremos como se expressa este debate teórico e político no âmbito do Serviço Social.

Relações patriarcais de gênero e Serviço Social

Tendo como mote de análise os elementos históricos que caracterizam a profissão de Serviço Social, faz-se salutar apontar alguns aspectos que articulam as relações patriarcais de gênero e o Serviço Social, cujo debate é apontado pelo Projeto Ético-Político da profissão, no qual sua normatização se expressa no Código de Ética de 1993, que se conecta ao projeto profissional vislumbrando uma nova ordem societária sem dominação, exploração de classe, raça/etnia e gênero.

A análise das relações sociais de gênero é de fundamental importância para o Serviço Social, seja pela histórica marca feminina da profissão- com todas as suas determinações e implicações à categoria profissional-, seja pelo seu caráter de trabalhar inserido nas relações sociais, das quais gênero compõe uma das dimensões fundamentais (CISNE, 2012, p. 21).

Portanto, além da mediação pautada nas relações patriarcais de gênero, fazemos referência as categorias de raça/etnia, sexualidades e suas conexões a práxis política feminista, este último, como palco histórico de luta pela emancipação humana. Igualmente, o caráter relacional e histórico das construções sociais sobre os sexos implica em considerar que as significações atribuídas ao masculino e ao feminino são desenvolvidas nas interfaces de relações sociais mais

amplas, o que remete a uma mediação com outras dimensões, como as de classe, raça/etnia, sexualidades e geração (CISNE, 2012).

As discussões de gênero, no âmbito do Serviço Social brasileiro, do ponto de vista da organicidade, são tributárias das Diretrizes Curriculares de 1996. Estas passaram a espraiar as discussões no interior da categoria profissional, contudo, tais debates já circulavam entre os/as profissionais, pesquisadores/as, docentes e discentes em seus projetos de pesquisa, ações de extensão, artigos, tccs, dissertações, teses etc.

Influenciadas/os pela práxis feminista militante de muitas/os docentes e discentes que buscaram construir no interior da profissão aportes teórico metodológicos vislumbrando questionar as formas de opressão, exploração e dominação de gênero, raça/etnia, classe e sexualidades presentes nas estruturas sociais e que reverberavam na profissão e nos espaços sociocupacionais.

Relações étnico-raciais e Serviço Social

Duas décadas após a publicação da Revista Temporalis n. 3 (2001) e apesar dos avanços na produção de conhecimento acerca das relações étnico-raciais na área de Serviço Social, ainda persiste a visão dominante de que o racismo é uma expressão da questão social, o que favorece a invisibilidade da sua condição de determinação e, portanto, de traço constitutivo e elemento estrutural na realidade brasileira.

Se “[...] na agenda contemporânea do Serviço Social brasileiro, a questão social é ponto saliente, incontornável e praticamente consensual [...]” (NETTO, 2001, p. 41), deve-se considerar também incontornável e estruturante, na sua análise, a escravidão e o racismo como determinantes históricos que organizam as relações sociais no capitalismo, desde a sua origem.

O racismo pode ser considerado – da forma como o entendemos atualmente – um dos galhos ideológicos do capitalismo. Não por acaso ele nasceu na Inglaterra e na França e depois desenvolveu-se tão dinamicamente na Alemanha. O racismo é atualmente uma ideologia de dominação do imperialismo em escala planetária e de dominação de classes em cada país particular. Desta forma explica-se o sistema colonial e o pilar de seu êxito: de um lado, exterminar as populações autóctones das áreas ocupadas e, de outro, justificar o tráfico negreiro com a África, um dos fatores mais importantes da acumulação capitalista nos países europeus (MOURA, 1994, p. 3).

Entendendo que o Serviço Social “[...] tem como solo a história da sociedade, visto ser daí que emanam as requisições profissionais, os condicionantes do seu trabalho e as respostas possíveis formuladas pelo assistente social [...]” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 1996, p. 13), consideramos imprescindível o foco nas particularidades da emergência, desenvolvimento e expressões da questão social no Brasil. Então se na sua origem histórica e conceitual a questão social é expressão da generalização do trabalho livre e do assalariamento nas sociedades modernas europeias, a qual se relaciona diretamente o pauperismo, como materialização da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção de apropriação privada do excedente produzido, na América latina e em particular no Brasil, a constituição da questão social é mediada pelo colonialismo e pela transição do escravismo para um capitalismo dependente. Processo que tem

o racismo estrutural como substrato e que colocaram as populações negras como segmento prioritário na condição de pauperismo no país.

Quando o Estado assume a questão social ele a assume levando em conta os conflitos racializados de classe. Mas não o fez de modo a superá-los produzindo melhores condições de vida e trabalho aos trabalhadores, sobretudo negros, muitos escravizados. [...] Ao contrário, os subsumiu no discurso de Brasil mestiço: o local onde todos têm as mesmas oportunidades, independente da raça/cor, condições econômicas, origem territorial etc. (FERREIRA, 2020, p. 255).

Neste sentido, a questão racial, não é expressão da questão social brasileira, pelo contrário, se constitui em um elemento fundador dela. Tal inversão não é mero jogo de semântica, mas a compreensão das particularidades históricas do país, cujo capitalismo dependente é sustentado pela lógica do colonialismo, o que exige “[...] procurar incansavelmente as repercussões do racismo em todos os níveis de sociabilidade” (FANON, 1980, p. 40).

Sabemos que o racismo estrutural demarca a manutenção de hierarquias e privilégios, por meio de processos constantes de desumanização, de corpos e subjetividades, que não se enquadram no modelo de vida e de produção de conhecimentos inscritos no europeu dominante, pois conforme refere Césaire (2020): “[...] entre colonizador e colonizado, só há espaço para trabalho forçado, a intimidação, a pressão, a polícia, os impostos, o roubo, o estupro, a impossibilidade cultural, o desprezo, a desconfiança, o necrotério, a presunção, a grosseria, as elites descerebradas, as massas aviltadas” (CÉSAIRE, 2020, p. 24).

Essa lógica invade, com diferentes roupagens, o conjunto das relações sociais, os espaços de formação e de trabalho profissional, portanto, não há neutralidade nas escolhas teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, na fundamentação dos conteúdos que constituem a formação profissional. Reduzir as desigualdades sociais à sua determinação micropolítica, sem levar em conta o racismo que funda as relações sociais no Brasil, é, ao mesmo tempo, insistir na visão de unicausalidade que permeia o debate da “questão social” no Serviço Social e optar pelo discurso tosco de que existe uma democracia racial no país. Se do ponto de vista teórico-metodológico, esse posicionamento implode o próprio método que orienta o debate hegemônico e a direção social da profissão -por não levar em conta que o conhecimento da questão social deve ser o das suas múltiplas determinações-, do ponto de vista ético-político, esse posicionamento não coaduna com a construção de um projeto societário no horizonte da emancipação humana, defendido hegemonicamente pela categoria profissional.

O racismo é uma determinação estrutural e estruturante da realidade brasileira, uma vez que impõe “[...] as condições de vida e de trabalho e processos de resistência da população negra desde a escravidão, através da qual se estruturou as relações de dominação/opressão com base na raça e no gênero, assimetrias e desigualdades” (ALMEIDA; ROCHA; BRANCO, 2019, p. 170).

As relações sociais capitalistas, constituídas a partir de relações racistas, conduziram/conduzem fundamentalmente trabalhadores/as negros/as para o desemprego e as relações informais e precárias de trabalho, o que resultou/resulta no seu histórico distanciamento das formas de proteção social, próprias da política contributiva do regime de trabalho brasileiro, com repercussão direta na conformação da questão social brasileira e nas formas de seu enfrentamento coletivo pelos/as racialmente discriminados/as (MARTINS, 2014).

Entre os desafios postos à ênfase de raça/etnia destacamos a necessidade de ampliar a articulação entre as especificidades dos povos ciganos, indígenas, quilombolas com o debate da população negra na diáspora.

A título de exemplo destacamos o debate sobre a população indígena:

A questão indígena ainda é pouco abordada pela categoria profissional de assistentes sociais, embora seja importante apontar o tímido avanço na apropriação destas discussões pela profissão. Destaca-se, fundamentalmente, a emergência de uma produção acadêmica voltada a essa temática, ressaltando-se a inédita e emergente autoria das próprias indígenas assistentes sociais no universo analisado, com destaque para a Elisângela Cardoso de Araújo Silva pertencente à etnia Pankararu, e Luciane A. de Paula, pertencente à etnia Kaingang (AMARAL; BILAR, 2020, p. 192).

Nas Diretrizes Curriculares o trabalho profissional está inscrito em processos de trabalho com características particulares referidas aos diferentes espaços sócio-ocupacionais. O que demanda abordar conteúdos que requerem mediação entre as dimensões estruturais da vida social e as condições específicas que incidem nos espaços, como por exemplo, as correlações de forças, a cultura organizacional, as demandas das entidades empregadoras e as condições de vida dos sujeitos que acessam os serviços. Condições de vida que tem como dimensões estruturais: a classe, a raça, o gênero e a sexualidade, vivenciadas como expressões concretas de desigualdade em função do pauperismo, do racismo, do sexismo, da transfobia e da homofobia. Portanto, em nosso entendimento, a apreensão da questão social em termos de totalidade e de um rigoroso debate científico articula-se a uma educação das relações étnico-raciais numa perspectiva crítica e antirracista.

Sexualidades e Serviço Social

Ao tratarmos dos estudos de sexualidade é pertinente ressaltar o pouco aprofundamento teórico-metodológico e do debate ético político sobre o tema, bem como as dificuldades e limites dessa temática, ainda, na área de Serviço Social. Por certo, esta questão se mantém para o campo da formação profissional, seja no exercício da docência, no ensino – graduação e pós-graduação, na pesquisa e na extensão, como nas atividades do exercício do trabalho profissional de assistentes sociais em processos de trabalho institucional diversos de inserção da profissão.

Cabe destacar que ao tratar de sexualidade, de modo geral, influenciado por análises essencialistas, pensa-se logo no reducionismo do sexo, o órgão genital, no corpo biológico, como a base material da sexualidade. Concordamos com Week, ao afirmar que,

Embora o corpo biológico seja o local da sexualidade, estabelecendo os limites daquilo que é sexualmente possível, a sexualidade é mais do que simplesmente o corpo [...] o órgão mais importante nos humanos é aquele que está entre as orelhas. A sexualidade tem a ver com nossas crenças, ideologias e imaginações quanto com nosso corpo físico [...] os corpos não têm nenhum sentido intrínseco e a melhor maneira de compreender a sexualidade é como um ‘construto histórico’ (WEEK, 1999, p. 38).

De certo, o campo dos estudos de sexualidade tem um legado que vem sendo apropriado de forma tímida pela área de Serviço Social, e, portanto, esta lacuna, nos espaços da formação e do trabalho profissional, é enfrentado pelo diálogo crítico, na perspectiva da totalidade da vida

social. Tendo em vista que a ordem e a moral sexual burguesa em tempos neoconservadores impõem normas e disciplinas, expressos nas políticas sexuais à coletividade, pela lógica do capital, que de forma hegemônica impõe o controle no exercício e na expressão das sexualidades, tendo por base a hegemonia patriarcal, o sexismo, a heterossexualidade compulsória, a cisgenderidade e os binarismos de gênero e sexualidade.

Assim, quando se trata de sexualidade, aborda-se um campo de estudos amplo historicamente, que compõe, ontologicamente, a partir do signo da multiplicidade, privilegiadamente a diversidade sexual e de gênero como um conceito, que esteve implicitamente articulado ao que anteriormente era reconhecido como estudo de minorias e aos limites dessa apreensão, com seu foco reduzido ao público homossexual, categoria médica pela via da patologização, depois de longos anos de criminalização dos sujeitos e suas práticas sociais interdidas, enclausuradas e aniquiladas.

Portanto, as dissidências sexuais e de gênero, na perspectiva do pensamento social crítico, não são fenômenos biológicos nem mesmo problemas mentais, mas construções socioculturais e históricas que se expressam de forma diversa e têm características distintas. Assim, são constitutivos dos marcadores sociais de diferença, de opressão, de dominação, de exploração e de desigualdade que operam de forma interseccional com outros marcadores históricos, como classe social, raça, etnia e território, na produção de sistemas de hierarquia, opressão e dominação. Não se tratando, desta forma, de mera justaposição de diferenças, mas constitutivo das relações sociais capitalistas e suas múltiplas determinações.

Desta forma, ao se tratar das sexualidades, em suas diversidades, incorpora-se as diferentes expressões da sexualidade e dos gêneros como fenômeno subjetivo, cultural e histórico, como campo de luta política pela garantia de direitos (sexuais, reprodutivos, civis, políticos, sociais e econômicos), por produção científica e na incidência das políticas sociais, da elaboração à sua execução. Por este último, destaca-se, a pouca incorporação dessas discussões no âmbito das políticas sociais existentes, haja visto as poucas políticas e programas voltados ao enfrentamento destas formas de desigualdade. Ao contrário, o que se observa, atualmente, é a manutenção e reprodução dos valores morais conservadores sobre os corpos e vidas da classe trabalhadora.

O fortalecimento das lutas das dissidências sexuais e de gênero, tomando a questão da diversidade sexual e de gênero, em seu sentido amplo, a partir dos seus movimentos sociais organizados, nas últimas décadas, tem colocado na agenda pública, em geral, e no campo acadêmico e profissional do Serviço Social, em particular, demandas e proposições que exigem respostas e formulações de análise e de intervenção, que superem o reducionismo e o enclausuramento analítico deste debate, como culturalismo e pós-modernismo, por um lado, ou na farsa da ideologia de gênero, por outro, a partir dos fundamentos teóricos-metodológicos do pensamento crítico, ao tratar a concepção histórico-concreta das sexualidades e dos gêneros, indo além, respectivamente, do economicismo ou do conservadorismo presentes e suas dificuldades de assimilar teórica e politicamente a questão da diversidade sexual e de gênero.

Assim, a sexualidade é tema orgânico dos fundamentos da vida social, e, desta forma, o Serviço Social ao se implicar, ética e politicamente, com as expressões da questão social, através do seu projeto profissional e com as lutas das/os trabalhadoras/es, na perspectiva da emancipação

humana, vem incorporando aos poucos, em seus eventos nacionais, as ferramentas teóricas e políticas que contribuem para o efetivo debate da ênfase da sexualidade nas relações sociais, mas ainda assim, não de forma satisfatória, como em disciplinas, pesquisas, atividades de extensão e publicações.

Sobre as publicações, em recente pesquisa, realizada por Duarte et. al. (2021), aponta-se o número de 42 artigos nos 21 periódicos da área, entre 2010, ano de institucionalização do GTP, a 2020, ano que aconteceria o ENPESS, mas em decorrência da pandemia da COVID-19 foi cancelado. Isto, de certa forma, é um dado significativo para se pensar sobre o debate da diversidade sexual no Serviço Social, se tomarmos as pautas, temas e agendas no campo profissional sobre o tema. Daí a necessidade de se aprofundar esse debate, avançar nas suas problematizações, articulando com outros marcadores sociais e contribuir para a luta contra as opressões e por uma sociabilidade sem LGBTQIAfobia, sexismo e racismo, produzidos de forma estrutural e estruturante na sociedade capitalista.

No Relatório do GTP no XV ENPESS, em Ribeirão Preto - SP, em 2016, ressalta-se, a partir do estado da arte acerca da produção do GTP, a pouca produção da temática de sexualidade. Isso permanece, portanto, como questão no relatório do XVI ENPESS, em Vitória – ES, em 2018, ao recomendar a construção de um documento que subsidie o exercício profissional na temática de sexualidades e identidades de gênero, a exemplo do documento Subsídios para o Debate Étnico-Racial (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 2018), anteriormente construído por integrantes do GTP.

Portanto, nesta perspectiva crítica e de aprofundamento do debate, urge romper com o “lugar secundário ou periférico” (DUARTE, 2000 apud ALMEIDA, 2008, p. 156) que tem sido relegado o tema da sexualidade na área do Serviço Social. Principalmente, e vale ressaltar, que, atualmente, temos tido um certo acúmulo no debate, constituímos em uma rede de pesquisadoras/es e um acervo significativo e de qualidade, diferente da escassez de tempos atrás, que o tema, se circunscrevia às homossexualidades e, em particular, aos gays.

Antes dos anos 2000, a discussão da homossexualidade já transitava nos interstícios profissionais, de maneira frequentemente. A definição da homofobia como ‘ódio, rejeição ou medo de alguém por causa de sua orientação sexual’ só apareceu pela primeira vez numa publicação do CRESS 7ª Região, em setembro de 2000, numa matéria de capa do jornal Práxis (ALMEIDA, 2008, p. 151).

Assim, pensar a questão da sexualidade é implicá-la historicamente no conjunto das relações sociais, por ser um elemento indissociável da imposição da sociedade capitalista desde a acumulação primitiva (FEDERICI, 2017). Particularmente, nos limites mesmo de uma democracia sexual no cenário do capitalismo, para quem os corpos e as sexualidades, controláveis e controlados pelo Estado, ou se transformam em mercadoria ou são fetichizadas, ou mesmo se submetem ou são subalternizados, tendo como parâmetro a lógica do consumo no mercado sexual e afetivo presencial e virtual, balizados pelo sexismo, pela heteronormatividade e cisgeneridade, articulado com o racismo.

Portanto, tomar a sexualidade como campo de disputa, inclusive na área de Serviço Social, é romper, com a direção conservadora e liberal, por um lado, que se impõe ao conjunto da sociedade brasileira, mas também com as análises simplistas e sectárias. É necessário afirmar

que ser contrário a LGBTQIAfobia, expresso em discursos de ódio, intolerância, preconceito e discriminação, é mais que se engajar e reproduzir narrativas que tem como horizonte a emancipação humana.

É nesse sentido que se faz urgente a criticidade quanto aos modos de expressão das sexualidades e as controvérsias desta cidadania (IRINEU, 2014), no contexto do Estado capitalista e de razão neoliberal, em organizar e disputar projetos e narrativas decoloniais, sobretudo, quando é sobre os ditos sujeitos abjetos, anormais, subalternos, lixados, escórias da sociedade pela imposição da moral sexual burguesa.

Contudo, em se tratando de relacionar a questão da sexualidade e conseqüentemente da diversidade sexual, “[...] a luta contra [LGBTQIAfobia] não pode acontecer isoladamente, abstraindo-se do resto de injustiças sociais e discriminações” (VIDARTE, 2019, p. 168). Portanto, os estudos de sexualidade e, particularmente, das dissidências sexuais, sobre o desenho da formação social brasileira, pressupõe seus vínculos teórico e políticos aos projetos emancipatórios, libertários e desprivatizados em que os sujeitos e suas relações de reconhecimento com a diferença, no bojo das desigualdades sociais, exerçam seus modos de existência singular e coletiva, com garantias de seus direitos, constitutivos que são, como forças de trabalho, na lógica da sociedade capitalista e periférica como o Brasil, e, como resistência às ofensivas anti-LGBTQIA+ por parte do Estado brasileiro e seu ainda ódio colonial de identificar e aniquilar as diferenças na vida social.

Feminismos e Serviço Social

A produção do conhecimento dos feminismos possibilita a reafirmação da pluralidade que forma e forja o debate internacional e nacional, apresentando um vasto leque de conhecimento para a profissão. Nesse sentido, não podemos reduzir os feminismos a uma única perspectiva, já que no próprio campo temos um leque de concepções teóricas, analíticas e políticas.

As concepções feministas encontram-se em disputa dentro e fora da categoria profissional e nossa inserção sobre feminismos se dá como elemento articulador dos processos de lutas e resistências dos sujeitos, em nossa diversidade, que vivenciam processos de exploração, dominação e opressão, sobre os quais nosso GTP se debruça.

O posicionamento de situarmos os feminismos, no plural, engloba o reconhecimento e articulação com as mulheres negras, lésbicas; com as mulheres trans; com o enfrentamento a heteronormatividade que nega nosso modo de ser e com a defesa do pluralismo nas elaborações teóricas que buscam compreender, de maneira crítica e articulada, como o patriarcado, o racismo e o capitalismo se expressam na singularidade da vivência dos distintos sujeitos que constituem o nós seres humanos plurais.

Além disso, é importante destacar que o debate dos feminismos possibilita a compreensão dos processos de subjetivação e a construção das identidades sociais, ou seja, que a maneira como nos constituímos sujeitos está vinculada não somente às experiências, mas também às transformações históricas e conjunturais (PASSOS; PEREIRA, 2017). Nesse caminho, a partir de uma análise imbricada das relações patriarcais de gênero, raça/etnia, classe e sexualidade torna-

se possível analisar a constituição das individualidades e singularidades como resultado do processo histórico, político, social, econômico e cultural.

Ao identificarmos que as bases da sociedade moderna são estruturadas pelo capitalismo, racismo e patriarcado torna-se necessário nos atentarmos para os impactos ocasionados nos processos de subjetivação e sua relação com as expressões da questão social.

No processo de redemocratização e de avanço das lutas sociais na sociedade brasileira as contribuições históricas dos movimentos sociais e do movimento sindical no seu interior desempenham papel fundamental. O processo de renovação profissional, com forte presença sindical na organização do Congresso da Virada em 1979 expressa as lutas sociais que ultrapassaram as ruas e oficinas e chegaram nos espaços formais e institucionais como nas Universidades e no âmbito das políticas públicas. O processo de renovação se articula àquela dinâmica mais ampla de atuação dos movimentos sociais no Brasil, entre eles, o movimento feminista, o movimento negro e o movimento LGBT que marcam presença nos debates e no ativismo da virada do Serviço Social e no decorrer dos anos de 1980. Como nos afirma Ferreira (2018), nossos passos vêm de longe na participação do movimento feminista:

A publicação desta obra, integrada a uma importante coleção voltada para a formação profissional em Serviço Social tem um profundo significado histórico: demonstra a relevância que as causas feministas e da diversidade e a elaboração teórica forjada em torno delas que foram alçadas na profissão, no bojo de seu processo de renovação crítica e como resultado de lutas e embates críticos no interior deste mesmo processo. [...] se une, portanto, ao fio da história de renovação crítica do Serviço Social e da incorporação, tardia e ainda em curso, das questões relacionadas ao feminismo e à diversidade sexual à nossa formação profissional. [...]. Este movimento é vivo e cresce nas duas últimas décadas, fermentado por lá se vão três ou quatro gerações de pesquisadoras(es), que interpelam a profissão com a força de suas próprias experiências e do engajamento no feminismo, nos movimentos por liberdade sexual e antirracistas (FERREIRA, 2018, p. 9).

Assim, referenciando os passos trilhados antes de nós para incorporação do debate do GTP no âmbito da formação em Serviço Social, este, quando conduzido de maneira integrada, se articula nos três núcleos de fundamentação da formação profissional. Ao pensarmos o núcleo de Fundamentos Teóricos-Metodológicos da vida social “[...] responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica [...]” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 1996, p.10) expressamos que este ser social historicamente situado tem raça/etnia, classe, identidade de gênero, vivência afetivo-sexual, e inúmeras outras determinações. Sem especificar tais particularidades caímos em uma visão genérica de ser humano universal o que incorre em análises e ações equivocadas na formação e atuação profissional.

O Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira, contempla no texto as particularidades das diversas expressões das desigualdades sociais. Contudo, estas, muitas vezes não são evidenciadas e interpostas na efetivação das disciplinas que o compõem. Por último, o Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional que “[...] considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 1996,

p. 12) deve pautar a atualização deste debate e o reconhecimento da diversidade da classe trabalhadora e dos sujeitos que acessam as diversas políticas públicas que atuamos.

Assim, consideramos que as questões sobre as quais se debruçam os/as pesquisadores/as do GTP são transversais e constitutivas de todos os eixos formativos das diretrizes curriculares. Por vezes a transversalidade incorre em armadilhas de invisibilidade na materialidade das disciplinas nos cursos de graduação em Serviço Social. Nas pós-graduações ainda há um hiato no que se refere a linhas de pesquisas com os temas de relações patriarcais de gênero, raça/etnia e sexualidades. No entanto, têm crescido as produções sobre tais temáticas nas linhas de pesquisas mais amplas que abordam desigualdades, opressões, movimentos sociais, ética, direitos humanos e diversidade humana.

Reconhecer os limites e os avanços é olhar para nós como profissão em nossos embates internos, mas também situar o contexto de universidade e produção de conhecimento que nesta sociedade ainda não contempla a maioria da população negra, pobre e dissidentes dos padrões normativos.

Assim os feminismos têm muito a contribuir nas articulações, nas resistências, nas diferentes análises e perspectivas teóricas e políticas e na ousadia de se repensar, sempre que novos sujeitos emergem e nos confrontam acerca das respostas e compreensões da realidade social.

O Serviço Social como profissão inserida na dinâmica das relações sociais que constituem a sociedade capitalista, racista, patriarcal e sexista tem no contexto de sua formação e atuação profissional processos de avanços e contradições, nos caminhos de articulação com a classe trabalhadora e o reconhecimento da diversidade de sujeitos que compõem tal classe social.

Considerações finais

As reflexões apresentadas têm como finalidade ratificar a necessidade do fortalecimento da perspectiva crítica do Serviço Social brasileiro, tendo em vista a importância de problematizar as relações patriarcais de gênero, raça/etnia, sexualidades e feminismos enquanto balizadoras para a formação profissional na contemporaneidade, sobretudo em tempos perpassados por misoginia, sexismo, racismo, LGBTQIAfobia, reforço do conservadorismo e mercantilização dos direitos e criminalização dos movimentos e lutas sociais.

A contestação de tais processos discriminatórios e seus desdobramentos, a exemplo da defesa do direito ao aborto e às decisões reprodutivas, da refutação de modelos rígidos de trabalho com famílias, crianças/adolescentes e jovens conforme Eurico (2020), é pauta prioritária na direção de um projeto societário que tem a liberdade como valor ético-político central.

O nosso projeto profissional precisa estar articulado à defesa de uma agenda de estudos e pesquisas que visibilize tais proposições. Na esfera da produção de conhecimentos cabe destacar, na especificidade deste GTP, que a reatualização das pautas conservadoras e reacionárias representa um risco às conquistas históricas e epistemológicas proporcionadas pela incorporação (ainda que sempre tensionada) da teoria social crítica na profissão, das perdas oriundas do aligeiramento formativo e do empiricismo acrítico.

Considerando os rebatimentos contemporâneos da questão social em uma conjuntura de ultraprecarização da classe trabalhadora, é imperativo ultrapassar quaisquer pretensões de neutralidade teórica no esforço crítico de sua apreensão. Daí a importância de produzir uma transversalização efetiva dos conteúdos relativos ao GTP, que contribua para a qualificação do trabalho e da formação de assistentes sociais, docentes, pesquisadoras/es e discentes de Serviço Social. Portanto, configura-se como urgente a materialização do debate sobre classe, raça/etnia, gênero, feminismos e sexualidades nos projetos de gestão das entidades político-organizativas da categoria, de modo a contribuir para a capilaridade das ações e fortalecimento de lutas e resistências.

Nos últimos colóquios do referido GTP que se realizam no interior do ENPESS observou-se a consolidação da ênfase acerca das produções em gênero, que tiveram expressivo salto de quantidade de trabalhos nos últimos eventos, bem como no campo das produções científicas na forma de artigos em periódicos, dissertações e teses. No entanto, sobre os estudos de sexualidades, como das relações étnico-raciais, apesar de ter expressivos trabalhos nos últimos eventos, bem como as produções científicas na área, não acompanharam como a da ênfase em gênero. O que demonstra ainda uma falta de investimento da categoria e da área profissional na formação acadêmica, em particular, em disciplinas de graduação e pós-graduação, como em pesquisas e produções científicas. Além da ausência de estudos interseccionais dessas três ênfases, articulando gênero, sexualidade e raça.

Percebe-se que um dos desafios [...] é fomentar uma maior articulação entre as ênfases que o compõem, bem como consolidar o debate de tais problemáticas no âmbito do Serviço Social, haja vista o reduzido número de produção na área e certa resistência da categoria no que diz respeito a tais discussões sob o argumento de que já “transversalizam” as temáticas dos demais GTPs, o que em nossa avaliação invisibiliza essas discussões (QUEIROZ et al. 2014, p. 240).

Compreendemos que o aprofundamento dos estudos e pesquisas que enovelam as relações patriarcais de gênero, raça/etnia e sexualidades articulada à luta feminista, no âmbito da formação, são mediações fundamentais que o Serviço Social pode recorrer na busca por respostas as demanda que se apresentam à profissão, sem o seu entendimento, não se compreende as relações sociais em uma perspectiva de totalidade, nem, tampouco, suprime os equívocos que muitos/as assistentes sociais ainda tem sobre as pautas/debates/conceitos/categorias que são fundamentos desse GTP, que tem na constituição o compromisso na defesa contra todas as formas de opressão, dominação e discriminação como preconiza o Projeto Ético Político da profissão.

Referências

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social** (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996.). Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

ABEPSS. **Temporalis**, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 2, n. 3, jan./jun., 2001.

ABEPSS. GTP: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades. **Notícias ABEPSS**, Ribeirão Preto, 10 maio 2016. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/noticias/gtp-servico-social-relacoes-de-exploracaoopressaode-genero-racaetnia-geracao-sexualidades-15>. Acesso em: 3 nov. 2021.

ABEPSS. **Subsídios para o debate étnico-racial na formação do Serviço Social**. Vitória: ABEPSS, dez. 2018.

ALMEIDA, Guilherme Silva de. Notas sobre a possibilidade de enfrentamento da homofobia pelos assistentes sociais. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, n. 20, ano 11, p. 142-169, 2008.

ALMEIDA, Magali da Silva; ROCHA, Roseli da Fonseca; BRANCO, Suelma Inês de Deus. Assistentes sociais negras na construção “da virada” do Serviço Social brasileiro. In: SILVA, Maria Liduina de Oliveira e (Org.). **Congresso da virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências**. São Paulo: Cortez, 2019.

AMARAL, Wagner Roberto do; BILAR, Jenifer Araújo Barroso. A questão indígena no Serviço Social: um debate necessário na profissão. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 46, jul./dez.2020. DOI: 10.12957/REP.2020.52013.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre colonialismo**. Tradução: Claudio Willer. São Paulo: Veneta, 2020.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social**. São Paulo: Outras expressões, 2012.

DUARTE, Marco José de Oliveira; FERNANDES, Carolina Pereira; VIEIRA, Sidney Aurum Monteiro; DELGADO, Karina Rodrigues de Almeida. Serviço Social e diversidade sexual: um estudo de revisão. In: IRINEU, B. A. et. al. (Org.). **Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero: saberes plurais e resistências**. Campina Grande; Salvador: Realize. Devires, 2021.

EURICO, Márcia Campos. **Racismo na Infância**. São Paulo: Cortez, 2020.

FANON, Frantz. **Racismo e Cultura**. In: FANON, Frantz. **Em defesa da revolução africana**. Tradução: Isabel Pascoal. Lisboa: Terceiro Mundo, 1980.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Ed. Elefante, 2017.

FERREIRA, Verônica. Prefácio. In: CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018. (Biblioteca Básica de Serviço Social; V.8).

FERREIRA, Gracyelle Costa. **Raça e nação na origem da Política social brasileira**. 291F, 2020. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2020.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IRINEU, Bruna Andrade. Homonacionalismo e cidadania LGBT em tempos de neoliberalismo: dilemas e impasses às lutas por direitos sexuais no Brasil. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 34, v. 12, p. 155-178, jul./dez., 2014.

LIMA, Rita de Lourdes de. Formação profissional em serviço social e gênero: algumas considerações. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 117, p. 45-68, jan./mar., 2014.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. Determinações do racismo no mercado de trabalho: implicações na “questão social” brasileira. **Temporalis**, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, v. 14, n. 28, p. 113-132, jul./dez., 2014.

MOURA, Clóvis. O racismo como arma ideológica de dominação. **Princípios: Revista Teórica, Política e de Informação**, São Paulo, n. 34, p. 28-38, ago./ out. 1994.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social” **Temporalis**, Brasília, ano, 2, n. 3, p. 41-50, jan./jun., 2001.

PASSOS, Rachel Gouveia; PEREIRA, Melissa Oliveira. Luta antimanicomial, feminismos e interseccionalidades: notas para o debate. In: PEREIRA, Melissa Oliveira; PASSOS, Rachel Gouveia. **Luta antimanicomial e feminismos: discussões de gênero, raça e classe**. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2017.

QUEIROZ, Fernanda Marques de; IRINEU, Bruna Andrade; ÁLVARO, Mirla Cisne; LIMA, Rita de Lourdes. Grupo temático de pesquisa Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração, sexualidades: breve histórico e desafios. **Temporalis**, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 14, n. 27, p. 233-241, jan./jun. 2014.

VIDARTE, Paco. **Ética bixa**: proclamações libertárias para uma militância LGBTQ. São Paulo: N-1 edições, 2019.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.